

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.200 - SP (2019/0170542-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : CLÁUDIA ANTÔNIA DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADOS : EDA LECI HONORATO - SP069597
NATALIA NOGUEIRA HONORATO - SP385044
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por CLÁUDIA ANTÔNIA DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2012921-93.2019.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que a recorrente foi condenada pela prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06 (tráfico e associação para o tráfico de drogas), à pena de 10 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais ao pagamento de 1599 dias-multa, tendo sido vedado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, nos termos do acórdão que restou assim ementado:

Habeas Corpus - Pedido de substituição de custódia eauteelar por prisão domiciliar, com base no Ven. Acórdão proferido no julgamento, pelo Col. Supremo Tribunal Federal, do habeas corpus coletivo n. 143.641/SP - Expediente que não veio instruído com documentos comprobatórios de filiação e de dependência de filhos menores de 12 anos - Peças essenciais à comprovação do alegado constrangimento ilegal Tráfico de entorpecentes de maior gravidade Condenação à pena de reclusão em regime fechado - Situação excepcional que impede cumprimento.

Deveria, a rigor, ser liminarmente indeferida a ordem de habeas corpus, para substituição de prisão eauteelar por prisão domiciliar, eis que concernente a expediente não acompanhado das peças essenciais à sua análise e que permitiriam aferir minimamente a ocorrência ou não do alegado constrangimento ilegal, no caso documentos comprobatórios de que a paciente é realmente mãe de prole com menos se 12 anos de idades, sob sua responsabilidade.

É certo que o Relator do habeas corpus coletivo n. 143.641/SP, impetrado perante o Pretório Excelso, determinou que o Judiciário deveria, no que concerne à questão da guarda, confiar na palavra da mulher custodiada, e que, em havendo dúvida razoável a

Superior Tribunal de Justiça

respeito do alegado, proceder-se a diligência averiguatória.

No caso concreto, contudo, está-se diante de situação gravíssima, que simplesmente não permite a cumprimento da ordem. Conquanto ela já estivesse recolhida cautelarmente no momento em que foi concedida a ordem pelo STF, a paciente, já estava inclusive condenada por tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico (arts. 33 e 35, caput, ambos da Lei n. 11.343/06), à pena de 10 anos e 08 meses de reclusão, e 1599 dias-multa (fl. 49).

No presente recurso, sustenta que faz jus à substituição da prisão preventiva pela domiciliar, uma vez que possui 3 filhos menores de 12 anos, que necessitam de seus cuidados, nos termos do disposto no art. 318-A do Código de Processo Penal. Ressalta as condições pessoais favoráveis.

Requer, assim, o provimento do recurso, para fins de se expedir alvará de soltura, concedendo-lhe a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.

As informações foram prestadas (fls. 163/166 e 167/173) e o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso (fls. 151/158).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso está prejudicado.

Com efeito, consta das informações obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem que a condenação constante na Ação Penal n. 0005293-73.2017.8.26.0189 transitou em julgado para o Ministério Público e para a defesa em 12/11/19, tendo sido expedida guia de recolhimento definitivo.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente recurso quanto à ausência de fundamentos para a prisão cautelar, considerando que a prisão da recorrente passou a decorrer do cumprimento de pena definitiva.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator